

## DESCARTE NO CÉU - ENTRE RESÍDUOS E REMOÇÕES

Aline de Almeida Hoche<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 2019, após tomar posse como professora em Niterói, entro pela primeira vez no Morro do Céu, favela localizada na zona norte do município e que abriga, desde a década de 1980, o depósito de resíduos da cidade. O Centro de Tratamento de Resíduos do Morro do Céu está localizado a apenas 500 metros da escola que trabalho e ao subir uma das ladeiras do trajeto é possível ver parte do seu interior. Os relatos dos problemas que afetaram e afetam o território desde a sua instalação impressionam. Partindo dessa experiência, direciono o meu olhar para a questão do impacto que o depósito de resíduos de Niterói causou no Morro do Céu e na visão da juventude sobre o lugar em que vivem. Como metodologia da pesquisa, entrevisto alguns jovens moradores do Morro do Céu, abordando a questão de como o aterro sanitário alterou a paisagem e promoveu a degradação ambiental do local. Durante as entrevistas, outro tema surge: a chegada de pessoas de outras regiões da cidade que foram removidas de seus locais de origem. Na visão de alguns dos interlocutores, o Morro do Céu se torna, então, um lugar de descarte: de resíduos e de pessoas. Por fim, reflito sobre a injustiça ambiental presente na ação do poder público em transformar um território que abriga, majoritariamente, pessoas pobres e negras em zona de descarte e sacrifício de uma cidade.

**Palavras-chave:** Morro do Céu; Depósito de resíduos; Injustiça Ambiental; Juventude.

**Abstract:** In 2019, upon taking office as a public school teacher in Niterói (Rio de Janeiro, Brazil), the author accessed Morro do Céu for the first time—a favela located in the northern zone of the municipality, which has hosted the city’s waste disposal site since the 1980s. The Morro do Céu Waste Treatment Center is located approximately 500 meters from the school where the research was conducted. From one of the hills along the route, part of the landfill’s interior can be seen. Reports regarding the environmental and social challenges faced by the territory since the installation of the facility are alarming. Based on this context, the study investigates the impact of the Niterói landfill on the territory of Morro do Céu and on how

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e graduada em História pela UERJ. Professora de História das redes municipais de Niterói e de Queimados. Atualmente, atua como implementadora de História na Secretaria Municipal de Queimados. E-mail para contato: alinehoche@yahoo.com.br.

young residents perceive the place where they live. The research adopts a qualitative methodology, grounded in semi-structured interviews with local youth, and explores how the presence of the landfill has reshaped the landscape and contributed to environmental degradation. During the data collection process, another relevant issue emerged: the arrival of individuals displaced from other regions of the city. From the perspective of some interviewees, Morro do Céu has become a space of disposability—of both waste and marginalized people. The study concludes by reflecting on the environmental injustice embedded in public policies that have historically transformed territories inhabited predominantly by low-income Black populations into zones of sacrifice and exclusion within the urban fabric.

**Keywords:** Morro do Céu; Landfill; Environmental Injustice; Youth.

## 1. Introdução

Entendendo as cidades como espaços que reúnem economia, política e relações sociais; como locais de integração e de desenvolvimento e oferta de infraestrutura urbana<sup>2</sup>, podemos analisá-las também pela forma como as pessoas constroem, ocupam e vivem o espaço que habitam. Sendo assim, para além do acesso à moradia, importa toda a infraestrutura que uma cidade possui e oferece, ou não, a seus habitantes e as relações que são construídas no território a partir dessa rede (TEIXEIRA; SUBIRATS; LACERDA; BLANCO, 2018).

A forma como uma determinada sociedade se organiza pode ser identificada em diversos contextos, como por exemplo, na hierarquização social contida no espaço habitado e que pode ser localizada na distribuição dos agentes, dos bens e dos serviços, da apropriação que indivíduos ou grupos fazem desses aparelhos, das distâncias percorridas para acessá-los e como, caso consigam acessar esses espaços, as pessoas são tratadas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Infraestrutura urbana é aqui entendida como a existência de uma rede de serviços como o fornecimento de água, eletricidade, esgoto e pavimentação; e a oferta de serviços como educação e saúde. Ver mais em: PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento da discussão das desigualdades presentes nas cidades ver em: RECH, Adir Ubaldo. **A cidade: um projeto de exclusão social**. UNIMAR: Revista de Direito n. 8, p. 69-76, 2008 e VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. São Paulo: Estudos Avançados, 2011.

Partindo deste ponto, busco analisar como um determinado território<sup>4</sup> e as pessoas que lá residem foram atravessadas pela instalação de um depósito de resíduos<sup>5</sup> e a construção de um conjunto habitacional. Apresento também como o cenário ambiental e social da favela se modificou a partir dos relatos produzidos por alguns de seus jovens moradores que foram entrevistados.

Este artigo faz parte da pesquisa que realizei no doutorado sobre cidade e mobilidade, sendo o Morro do Céu, favela localizada em Niterói, meu campo e objeto de estudo. No trabalho aqui apresentado, busco compreender como a instalação do depósito de resíduos municipal e a construção de prédios que receberam moradores removidos de outras regiões da cidade alterou o cotidiano e o cenário ambiental do território.

Como professora do município de Niterói, passei a frequentar alguns dias da semana, entre os anos de 2019 e 2023, o Morro do Céu. Logo no meu primeiro contato, dois fatos me chamaram a atenção: a dificuldade em acessar o território utilizando transporte público e a existência do aterro sanitário da cidade, que fica a 500 metros da escola que dava aulas.

Com o passar do tempo de trabalho, com a entrada constante na favela, com as situações de desespero de depender do famigerado ônibus 26A - e do alívio quando ele passava - e com a convivência com os meus alunos, moradores do Morro do Céu, fui sendo atravessada pela dinâmica de vida daquele espaço e direcionando o meu interesse de pesquisa para questões como mobilidade, acesso e o cotidiano dos jovens que residem e têm suas vidas e identidades formadas a partir desse ponto de origem e moradia.

Neste artigo, busco entender como os jovens entrevistados enxergam o depósito de resíduos municipal instalado no local que habitam, como ele forma a compreensão que possuem do Morro do Céu e o quanto percebem o aterro sanitário como fator de influência sobre o cotidiano, sobre as relações e sobre as possíveis alterações ambientais do território.

---

<sup>4</sup> O conceito de território é aqui entendido em sua ligação com a ideia de domínio, de poder, de controle ou de gestão de espaços. Ver mais em: SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Florianópolis: Geosul v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

<sup>5</sup> A autora Maria Raquel afirma que a palavra “lixo” e toda a conotação a ela ligada operam de maneira a criar uma definição moral capaz de estigmatizar e ocultar todo o universo a ela relacionada. Nesse sentido, mantive a utilização do termo: nas transcrições das falas dos interlocutores, nas partes do artigo que tentei transmitir ao leitor o uso que os moradores fazem da palavra “lixo” e na exposição da trajetória da instalação, operação e atual situação do depósito, quando se fez necessário e sempre entre aspas. Ver mais em: LIMA, Maria Raquel Passos. **O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj, 2021.

Ao longo de 2023 e 2024, realizei oito entrevistas com jovens entre 18 e 34 anos<sup>6</sup> e pude identificar que alguns deles conectam a instalação do depósito de resíduos com a degradação ambiental que o Morro do Céu sofreu ao longo dos últimos trinta, quarenta anos. Mesmo que eles não tenham vivido no local antes do seu funcionamento, a narrativa construída entre os moradores remonta um cenário onde a paisagem natural foi drasticamente alterada com a escolha do poder público em fazer dessa favela o lugar de abrigo dos resíduos da cidade.

Também foi possível identificar em algumas das entrevistas outro fator de desequilíbrio ambiental e social: a construção de um conjunto habitacional que se tornou a residência de moradores removidos de outras regiões da cidade de Niterói. Os “predinhos”, como ficaram conhecidos, passaram a abrigar pessoas “de fora” da favela, além de ter sido responsável pela derrubada de áreas verdes, ou seja, fator de mais degradação segundo os jovens, que passaram a entender o lugar que habitam como um local escolhido como descarte do que se torna indesejado por parte da população e do governo niteroiense.

Esse artigo se estrutura em duas seções além desta introdução e da conclusão. Na primeira, apresento geograficamente o Morro do Céu, narro o período de instalação do depósito de resíduos e a relação que se estabeleceu com os seus moradores a partir dos relatos dos jovens entrevistados. Como base teórica, utilizo a discussão sobre justiça ambiental e zonas de sacrifício, um possível caminho para entender como alguns territórios da cidade são sacrificados em nome do desenvolvimento econômico e do consumo e como essa escolha não é aleatória, mas sim definida por questões sociais e raciais.

Na segunda seção, a visão dos jovens em relação à construção das unidades habitacionais e aos novos moradores que ali chegaram para residir é analisada. As narrativas que são apresentadas identificam quem chega como elementos perturbadores da ordem existente, modificando costumes e rompendo com hábitos cotidianos, construindo papéis sociais como “nós” e “eles” e discursos de culpabilização do outro por problemas que passam a ser vivenciados por aqueles que se consideram antigos moradores de uma época onde a favela era um espaço melhor de se viver.

## 2. O Morro do Céu e o Centro de Tratamento de Resíduos

---

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas com jovens entre 18 e 34 anos de idade, de maneira presencial e virtual de acordo com a preferência e a disponibilidade dos entrevistados. A formação da rede de interlocutores se deu a partir da primeira entrevistada que, além de ex-aluna, trabalhou na escola e é moradora da favela, o que propiciou momentos de conversas nos intervalos das aulas sobre as questões que permeiam a vida dos moradores e que afetam o seu cotidiano. Outro importante dado a ser pontuado é que, por uma questão de segurança e de preservação da identidade dos meus interlocutores, todos os nomes dos entrevistados foram mudados.

O Morro do Céu está localizado na região norte de Niterói<sup>7</sup>, a mais ou menos sete quilômetros do centro da cidade. Distribui-se pelos bairros do Caramujo, Ititioca e Viçoso Jardim. A geografia da favela é formada por uma área de colinas, integra o maciço cristalino de Niterói, possuindo córregos e nascentes como o do rio Mata-Paca que se une ao rio Sapê (FERREIRA, 2001, p. 21).

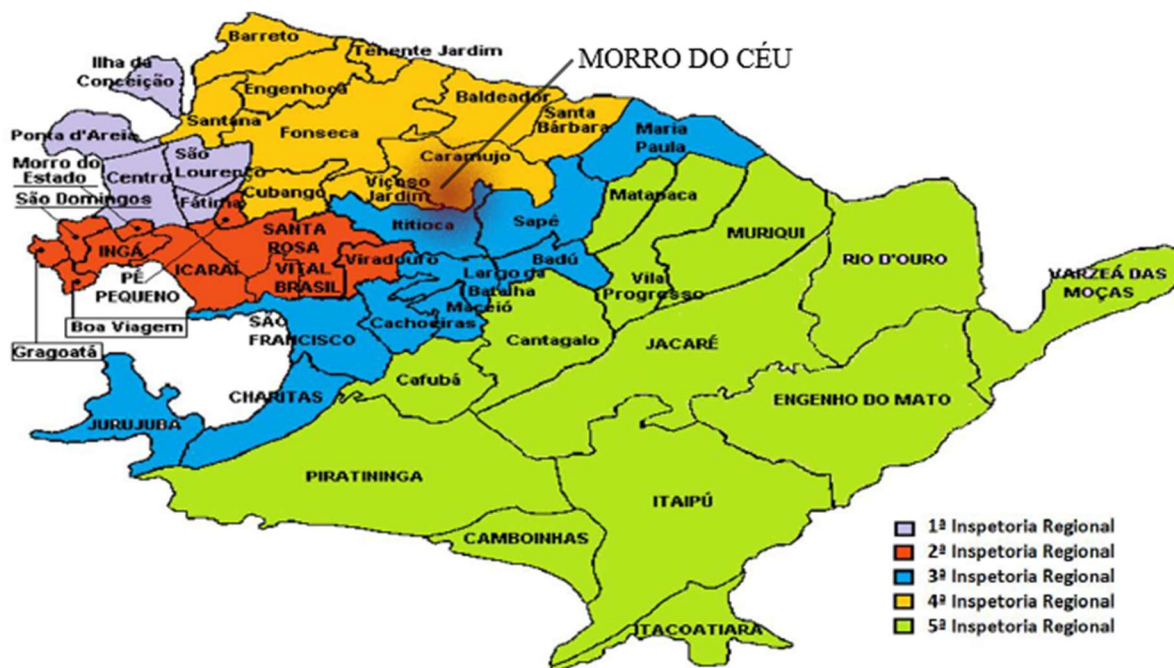


Fig. 1. Localização do Morro do Céu. Fonte: Acervo da Diretoria de Ensino e Pesquisa do Curso de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. Mapa adaptado pela autora.

Até a década de 1980, o Morro do Céu era pouco habitado, a maior parte de suas moradias eram sítios, as pessoas criavam animais e eram rodeadas de muitos recursos naturais (FERREIRA, 2001, p. 21), como lembra um de nossos interlocutores que morou na região até o final do ano de 2024, quando mudou-se para um bairro próximo à favela:

Quando eu era novo, o meu pai contava... e eu lembro da gente fazer muita caminhada naquele matagal que tem abaixo do colégio, né?! Tem aquele matagal que rodeia o Morro do Céu quase todo, então tinham várias trilhas ali com pé de fruta, sabe?! Manga, jaca, então a gente tinha que andar de uma trilha até outra para pegar jaca, aí

<sup>7</sup> A cidade de Niterói está localizada no estado do Rio de Janeiro, tendo sido sua capital até 1975. Faz fronteira com os municípios de São Gonçalo e Maricá, é banhada pela Baía de Guanabara e está ligada à cidade do Rio de Janeiro pela Ponte Presidente Costa e Silva. Possui uma área territorial de 133.757 Km<sup>2</sup>, uma população residente de 481.749 habitantes e um IDH de 0,837, o décimo do país (dados do IBGE de 2010). É formada por um total de 52 bairros, agrupados em cinco regiões administrativas: Praias da Baía, Pendotiba, Região Leste, Região Oceânica e Região Norte.

voltava, ia na trilha da manga e eu adorava fazer isso. E meu pai dizia, lá embaixo tinha um... um... um valão, né?! Que passa lá. Meu pai dizia que aquele valão era, era um rio e era limpo e na infância dele, ele e meus tios, todo mundo, eles iam para lá para tomar banho mesmo, assim era um rio limpo de águas limpas. (Entrevistado Pedro, 2024)<sup>8</sup>

O cenário ambiental e social do Morro do Céu alterou-se drasticamente a partir dos anos 1980, seus recursos naturais foram definitivamente comprometidos com a instalação do depósito de resíduos de Niterói, que até aquele período funcionava em uma região próxima, no Morro do Bumba, em Viçoso Jardim<sup>9</sup>.



Fig. 2. O Morro do Céu e o Morro do Bumba. Fonte: Google Earth. Mapa adaptado pela autora.

Ao refletir sobre os impactos que atingem o território e a sua população, o tema da degradação ambiental está presente não somente nas falas dos moradores mais antigos<sup>10</sup>, mas também, na dos jovens. Eles se recordam de como os quintais das casas eram mais arborizados na sua infância e da existência de mais espaços de natureza onde passavam a tarde brincando.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Pedro no dia 28/05/2024.

<sup>9</sup> O Morro do Bumba abrigou o depósito de resíduos de Niterói de 1971 até a década de 1980 (a data da desativação do aterro sanitário do Morro do Bumba é imprecisa, nos registros e pesquisas constam os anos 1982, 1983, chegando até 1986). Após a sua desativação, a região foi ocupada, mesmo com um solo impróprio para abrigar moradias, segundo relatórios produzidos por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense em 2004. Em 07 de abril de 2010, durante forte chuva, ocorreu o deslizamento do morro, vitimando um total de quarenta e sete pessoas e desalojando outras centenas de famílias. Ver mais em: LOGUERCIO, João Francisco Canto. Morro do Bumba, etnografando a transformação de uma paisagem sob múltiplos olhares: da invisibilidade à tragédia, uma página que não deve ser virada. Dissertação de mestrado – UFF: Niterói, 2013.

<sup>10</sup> Os moradores mais antigos da região foram entrevistados em FERREIRA, Declav Reynier Dib. **História ambiental do Morro do Céu: a atuação de diversos atores sociais**. 2001. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, UERJ, Rio de Janeiro – RJ.

[...] acho que a questão, pelo menos, eu não sei agora, mas quando eu era mais nova a gente tinha um lugar com mais árvores né?! Com mais contato com a natureza, querendo ou não, e era uma parte boa também, porque lá você vivia num lugar assim que tinha árvore em tudo quanto é lugar e eu chegava no Centro de Niterói e era só prédio e era totalmente diferente né?! Mas eu acho que agora (risos), as pessoas com certeza já cortaram todas as árvores que tinham no lugar, está um desmatamento enorme. (Entrevistada Ana Júlia, 2023)<sup>11</sup>

A degradação ambiental do Morro do Céu é um ponto marcante no discurso dos jovens entrevistados. A instalação do depósito de resíduos municipal apresenta-se como um importante marco que afetou o meio ambiente do local, transformando não somente a paisagem natural, como também, a vida cotidiana dos moradores.

O lixão, por exemplo, não era lixão, era uma granja, era uma fazenda, sabe? E isso na minha infância eu lembro, tinha um monte de pé de goiaba, tinha plantação de cana, eu lembro dos donos que foram morar em Magé, eu lembro dos donos até hoje. E era, era lindo e aí foi começando a ficar um pouco mais complicado, alguém começou a criar porco, aí derrubou a árvore para fazer um chiqueiro, aí o chiqueiro ficava atrás da igreja, aquela igreja, você subindo ficava um chiqueiro, um chiqueiro enorme, com cheiro horrível, aí começava a passar boi, tinha um monte de boi, passando por aqui, era um bairro extremamente rural. E depois, pelo menos na minha infância, começou a ter muita morte, eu lembro de ter muita morte. (Entrevistado Pedro, 2024)<sup>12</sup>

As questões relacionadas à saúde<sup>13</sup> também foram apontadas como consequências de habitar tão próximo do centro de tratamento de resíduos. Segundo uma das entrevistadas, conviver com o mau cheiro, com os insetos e doenças respiratórias fazem parte da rotina dos moradores do Morro de Céu e é o preço que pagam por receber os restos residuais que são descartados pela cidade que é considerada exemplo de desenvolvimento humano<sup>14</sup>.

**Ana Júlia:** Parte negativa? Eu coloco o lixo, o ar de lá está ficando insuportável e isso está assim, a saúde da população de lá está indo de mal a pior.

**Entrevistadora:** Por causa do lixão que você está falando?

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Ana Júlia no dia 05/12/2023.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Pedro no dia 28/05/2024.

<sup>13</sup> Estudos apontam que o aterramento dos resíduos urbanos em “lixões” e aterros além de gerar degradação ambiental (poluindo corpos hídricos, águas subterrâneas e o solo), afeta a saúde da população residente pela produção de poluentes tóxicos como o gás metano (CH<sub>4</sub>), considerado vinte e uma vezes mais nocivo do que o CO<sub>2</sub>. Disponível em: **Meio Ambiente – Prefeitura (Clin), Inea e Águas de Niterói são denunciados por crime ambiental**. Jornal do Brasil, 04 de dezembro de 2019. Caderno do Autor. Link para a reportagem: [https://www.jb.com.br/rio/caderno\\_niteroi/2019/12/1020678-meio-ambiente---prefeitura--clin---inea-e-aguas-deniteroi-sao-denunciados-por-crime-ambiental.html](https://www.jb.com.br/rio/caderno_niteroi/2019/12/1020678-meio-ambiente---prefeitura--clin---inea-e-aguas-deniteroi-sao-denunciados-por-crime-ambiental.html). Acesso em: 25/05/2025.

<sup>14</sup> O IDH da cidade de Niterói se destaca como um dos mais altos do estado do Rio de Janeiro e do país, já tendo ocupado a sétima posição de acordo com o censo de 2010, com um índice de 0,837. Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>. Acesso em 25/05/2025.

**Ana Júlia:** Do lixão, que eles chamam de aterro sanitário, mas estão voltando a jogar lixo a céu aberto, então não é aterro né?! (Trecho de Entrevista, 2023) <sup>15</sup>

O período de instalação do depósito de resíduos <sup>16</sup> foi marcado por protestos dos moradores locais que não concordaram com o seu funcionamento na região. O governo do período buscou convencer a população residente de que, não somente era dever do povo de Niterói abrigar o “lixo” que produzia, como também, anunciou a realização de obras de infraestrutura: como a pavimentação de algumas vias, com a construção de um posto de saúde, de uma creche, de um centro de controle de Zoonose <sup>17</sup> e ampliando a circulação de uma linha de ônibus com destino ao centro da cidade <sup>18</sup>.

Ao longo dos anos, grande parte dos serviços que passaram a operar após a instalação do depósito de resíduos municipal tiveram o seu funcionamento sucateado, operando de maneira precária, como a linha de ônibus 26A ou tendo as suas atividades encerradas, como o posto de saúde e o centro de controle do Zoonose.

Atualmente, poucos aparelhos públicos funcionam no alto do Morro do Céu atendendo a população residente: uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), uma escola municipal de primeiro e segundo segmento do ensino fundamental e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O que se apresenta como um duplo problema, primeiro pela oferta precária de transporte público, que dificulta a circulação e o acesso dos moradores aos serviços ofertados em outros bairros da cidade e pelo cenário de injustiça ambiental de receber todo o descarte de uma cidade e não ter um posto de saúde próximo de suas residências.

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Ana Júlia no dia 05/12/2023.

<sup>16</sup> Como podemos perceber pela fala de uma das entrevistadas e pelas fontes consultadas, os resíduos depositados no aterro do Morro do Céu até hoje não são tratados corretamente, mesmo após a sua desativação, e o chorume, altamente poluente e tóxico, lá produzido não é transportado corretamente. Ver mais em: FERREIRA, Declev Reynier Dib. **História ambiental do Morro do Céu: a atuação de diversos atores sociais**. 2001. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, UERJ, Rio de Janeiro – RJ e em matérias na imprensa como: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/ong-denuncia-lancamento-de-chorume-do-morro-do-ceu-no-mar-em-niteroi-24137091>

<sup>17</sup> O centro de controle de zoonoses é responsável pela vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por animais, além de controlar populações de animais domésticos, recolhimento de animais e prevenção e controle de populações de animais silvestres que vivem nas áreas urbanas. Em Niterói, o Centro de Controle de Zoonoses funciona atualmente no bairro Ponta d’Areia.

<sup>18</sup> Até esse período os ônibus circulavam apenas no centro do bairro do Caramujo, que fica a mais ou menos um quilômetro abaixo do Morro do Céu. O 26A é uma linha de ônibus que atende os moradores do Morro do Céu, mas que funciona de maneira insuficiente já que a sua frota circula com dois ou três carros nos horários de pico da manhã e da noite, com dois ou um veículo nos demais horários e com apenas um carro disponível nos finais de semana. As primeiras viagens têm horários mais ou menos regulares, mesmo assim não é incomum que eles sejam alterados sem prévio aviso, mas ao longo do dia os intervalos se tornam irregulares e a espera pode variar de quarenta minutos a uma hora. De acordo com os nossos interlocutores, nos dias de semana o último carro sai do Terminal do Centro da cidade em direção ao Morro do Céu por volta das 22h.

Chega a ser uma coisa engraçada e triste, porque só tem posto de saúde no Caramujo, não tem no Morro do Céu, a gente tinha antes um posto aqui em cima, sendo que eles tiraram e só tem agora no Caramujo, sendo que o lugar que fica o posto de saúde já é de difícil acesso e para as pessoas que moram aqui em cima fica ainda mais complicado chegar no posto de saúde e se você leva em consideração que tem várias pessoas idosas que precisam de acesso e de atendimento ali no posto complica ainda mais, porque às vezes a gente não tem ônibus pra descer, sabe?! E aí as pessoas ainda têm que descer a pé esse morro aqui do Morro do Céu e aí “pra” chegar no posto é ainda outro morro, então é muito complicado porque as pessoas não conseguem chegar. (Entrevistada Ana Júlia, 2024)<sup>19</sup>

Pode-se perceber, a partir desse relato, a dificuldade e a contradição vivida pelos moradores do Morro do Céu, já que a localidade foi onerada pelo funcionamento de um aterro sanitário e, ainda assim, não possui um posto de saúde para o atendimento das pessoas que sofrem com os riscos de viver tão próximas de um vazadouro e de um centro de tratamento de resíduos.



Fig. 3 Vazadouro do Morro do Céu e Novo Aterro Sanitário do Morro do Céu. Foto: Google Earth. Disponível em: [https://www.jb.com.br/rio/caderno\\_niteroi/2019/12/1020678-meio-ambiente---prefeitura--clin---inea-e-aguas-de-niteroi-sao-denunciados-por-crime-ambiental.html](https://www.jb.com.br/rio/caderno_niteroi/2019/12/1020678-meio-ambiente---prefeitura--clin---inea-e-aguas-de-niteroi-sao-denunciados-por-crime-ambiental.html).

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Ana Júlia no dia 24/02/2024.

Segundo a autora Selene Herculano (2008), o conceito de justiça ambiental<sup>20</sup> pode ser entendido como o conjunto de princípios que visam garantir que nenhum grupo de indivíduos arque de maneira “desproporcional” com os danos ambientais oriundos de programas econômicos e políticos nem com a “omissão” do poder público.

Por outro lado, a injustiça ambiental e o racismo ambiental ocorrem justamente quando territórios habitados por setores da sociedade vistos como minorias: pessoas negras, indígenas, periféricas, etc., são afetados por enchentes, deslizamentos e danos à saúde, sofrendo, mais do que outros grupos sociais, com os impactos ocasionados com o que se convencionou chamar de desastres ambientais e com a falta de políticas públicas que visem proteger essas populações vulneráveis das consequências ambientais advindas das atividades econômicas (HERCULANO, 2015).

Nesse sentido, a injustiça ambiental vivenciada por esses moradores, que foram submetidos pelo poder público a receber os resíduos de Niterói, se alia à desigualdade de serviços e a falta de políticas que visem atender de maneira específica uma região que, com tantos recursos naturais, foi escolhida para abrigar um aterro sanitário.

Dessa maneira, acredita-se que os “danos ambientais são distribuídos de maneira desigual e desproporcional” (ALMEIDA, 2015, p. 2 e 3) entre os diferentes grupos que habitam as cidades e esse cenário não ocorre de maneira ocasional, mas sim em razão de processos políticos e sociais, com diretrizes e anuência das diversas esferas de poder, em diversas escalas geográficas.

De acordo com a autora Daniela Almeida (2015), existe uma parcela da população de um país, estado ou cidade, que ocupa territórios que são vistos como os que podem e devem receber e sofrer todo o impacto ambiental que outros territórios não poderiam pela posição de privilégio que ocupam.

Historicamente, os sítios de alocação de lixo tóxico, aterros sanitários, bem como outros depósitos de material poluentes ou indesejado, teriam sido impostos a populações com menores chances de resistir aos interesses dos agentes econômicos poluidores, de modo que comunidades negras e pobres teriam enfrentado tais problemas de modo desproporcional quando comparadas com outras comunidades não pertencentes a minorias étnicas. (ALMEIDA, 2015, p. 4).

---

<sup>20</sup> Segundo a autora Daniela Almeida, “o movimento por justiça ambiental tem origem nos Estados Unidos, quando comunidades negras começaram a protestar contra a contaminação oriunda da poluição industrial a que eram constantemente submetidas”. Ver mais em: ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Direito, 2015.

Nesse sentido, seria inimaginável no caso de Niterói o depósito de resíduos ser instalado em bairros como Icaraí, Cambinhas ou Itacoatiara. Bairros que possuem um elevado valor da terra e que são locais de moradia das pessoas de classe média e alta da cidade (PEREIRA, 2018, p. 12) não sofrem qualquer risco de receber um projeto similar ao aterro sanitário do Morro do Céu, restando aos lugares considerados periféricos, escondidos pela sua geografia ou com uma população pobre e, majoritariamente, negra, serem o destino certo do que a parte rica da cidade produz e descarta.

O autor Ryan Juskus (2023), em seu artigo *Sacrifice Zones, a genealogy and analysis of an environmental justice concept*<sup>21</sup>, defende que alguns lugares e pessoas suportam de maneira desproporcional os danos ambientais que as atividades econômicas produzem, esses locais, denominados de “zonas de sacrifício”, são formados a partir de um “processo no qual a satisfação” dos desejos da nossa sociedade produzem “morte e danos” (2023, p. 3).

[...] zonas de sacrifício são áreas semi-industriais, em grande parte povoadas por afro-americanos, latinos, nativos americanos e pessoas brancas de baixa renda, onde um tipo perigoso e, às vezes, letal de preconceito e discriminação racial e econômica persiste (JUSKUS, 2023, p. 11).<sup>22</sup>

Nesse artigo, o autor traça uma análise explicativa sobre a origem do conceito, que surge na pecuária, onde uma parte das pastagens era usada como “zonas de sacrifício” para o bem de todo o restante da terra, passando a ser utilizado no campo dos estudos ambientais para identificar territórios que sofreram, ou ainda sofrem, com atividades que causam danos à natureza e à sociedade, como a extração de minérios e a instalação de bases militares.

No caso do Morro do Céu, os seus moradores passaram a ocupar um território que foi destinado a receber e a armazenar os resíduos da cidade de Niterói, “suportando desproporcionalmente, o fardo da poluição, da exposição química” e da toxicidade de um “lixão” (JUSKUS, 2023, p. 9). Aliado à problemática que surge com a instalação do depósito de resíduos, os moradores dessa favela lidam também com os problemas que são comuns nos mais diversos locais periféricos do país, como a violência e a precariedade de serviços e infraestrutura.

---

<sup>21</sup> Nesse artigo, Ryan Juskus reflete sobre a situação na qual minorias sociais norte-americanas estão submetidas em um cenário de injustiça ambiental. Entendendo o limite que separa o contexto social e racial dos EUA e do Brasil, as reflexões de Juskus são utilizadas nesse artigo como ponto de partida para pensar as questões vivenciadas pelos moradores do Morro do Céu, grupo considerado periférico dentro do contexto territorial da cidade de Niterói.

<sup>22</sup> Tradução realizada pela autora do artigo.

No âmbito das discussões sobre justiça e injustiça ambiental, entende-se que territórios racializados e que abrigam as classes pobres podem sofrer mais do que outros os impactos do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o conceito de racismo ambiental torna-se fundamental na análise de locais como o Morro do Céu, que são majoritariamente ocupados por pessoas negras e pardas de baixo poder aquisitivo e que são escolhidos para serem utilizados como zonas de sacrifício da cidade.

As consequências da injustiça ambiental e da formação de zonas de sacrifício podem ocorrer através de eventos que muitas vezes são noticiados como catástrofes, ou até mesmo, como responsabilidade das pessoas que sofrem os mais pesados impactos da exploração dos recursos naturais.

[...] meus pais dizem que quando eu era pequeno, eles moravam numa outra rua aqui, depois se mudaram para cá quando eu tinha meses e meus pais contam que quando chovia passava a água por dentro da casa, a gente tinha que botar andaimes dentro da casa para botar tudo no alto para a água passar por dentro como se a gente estivesse no caminho da água, inevitavelmente ia passar quando chovesse... eu não consigo me lembrar disso, porque eu era muito pequeno, mas eu lembro, por exemplo, da varanda da frente em uma chuva., a varanda da frente ter desabado. Isso aí eu lembro!”. (Entrevistado Pedro, 2024)<sup>23</sup>

Em outra entrevista um jovem ex-morador do Morro do Céu relata que o motivo da mudança de sua família da localidade para uma região próxima foi o risco de perder a sua casa e as suas vidas por conta de enchente e deslizamento.

Então, a gente morava lá (no Morro do Céu), mas foi muito pouco tempo, peguei muito pouco tempo. Assim, foi lá para 2010, por aí. Mas aí a gente teve que se mudar, porque nessa casa eu “tava” correndo risco de desabamento. No deslizamento, na casa que a gente morava, meio que beira de rio, aí a gente se mudou para a Ititioca, em 2011, 2012, por aí. (Entrevistado Márcio, 2024)<sup>24</sup>

A partir do ano de 2012, no contexto das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), na Rio + 20, as autoridades do estado do Rio de Janeiro declararam como “desativados” ou “erradicados” todos os “lixões” da região metropolitana e de outros localizados no interior, entretanto, ainda são comuns as denúncias de irregularidades no tratamento dos resíduos e do chorume gerado<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Pedro no dia 28/05/2024.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Márcio no dia 15/05/2024.

<sup>25</sup> Estudos afirmam que a alternativa de aterros sanitários além de ser uma medida insustentável do ponto de vista ambiental, é também considerada cara para os cofres públicos. A Lei Federal n. 12.305/2010 estabelece, entre

No caso de Niterói, a prefeitura alega que o depósito do Morro do Céu recebe atualmente apenas os resíduos públicos, sendo os domiciliares transportados para o centro de tratamento do Anaia, uma região que abriga uma população pobre e vulnerável de São Gonçalo.

Entretanto, no final dos anos 2010, foi protocolada, no Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, uma representação judicial contra os responsáveis pelo tratamento dos resíduos da cidade de Niterói, denunciando o despejo inadequado do chorume produzido no Morro do Céu nas águas da Baía de Guanabara.

Os custos do impacto ambiental que regiões como o Morro do Céu enfrentam fazem com que muitas famílias tenham que deixar as suas casas, seus locais de origem, forçados a realizar sacrifícios desproporcionais, tendo a sua saúde afetada e a sua vida em risco, realidade não compartilhada pelos moradores residentes de outros bairros da cidade.

### 3. O Morro do Céu e as remoções

Outro fato importante na memória dos jovens entrevistados, quando narram a história do desenvolvimento urbano do Morro do Céu, é a existência dos “predinhos”, nome utilizado pelos moradores da favela para se referir ao conjunto habitacional composto pelos condomínios Residencial Parque Açú, Araxá e Abaré e o conjunto Maria Thereza<sup>26</sup>.

O conjunto Maria Thereza fica localizado próximo ao antigo Centro de Controle de Zoonoses, na parte mais alta do Morro do Céu, e foi construído na década de 1990 para abrigar os moradores removidos de uma ocupação que ficava próxima à Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Faculdade Maria Thereza, no bairro de São Domingos, região central da cidade de Niterói. Segundo relatos, a chegada dos novos moradores causou um rápido e desordenado crescimento, além do aumento da violência no território (FERREIRA, 2001, p. 32).

A faculdade Maria Thereza, em Niterói, lá na Cantareira, então, desocuparam lá para fazer a faculdade. E desocuparam lá e colocaram as pessoas que moravam lá aonde? Morro do Céu, conjunto residencial Maria Thereza. Então, virou um lugar meio que para isso, sabe? Irem colocando as pessoas que eles iam tirando de outros lugares. E aí, quando você junta essa galera no lugar só, vira uma coisa de cada um lutar pelo

---

outras recomendações, a reciclagem energética da matéria orgânica e o reaproveitamento de matérias-primas para a reciclagem como soluções contemporâneas para o tratamento dos resíduos. Ver mais em: **Meio Ambiente – Prefeitura (Clin), Inea e Águas de Niterói são denunciados por crime ambiental**. Jornal do Brasil, 04 de dezembro de 2019. Caderno do Autor. Disponível em: [https://www.jb.com.br/rio/caderno\\_niteroi/2019/12/1020678-meio-ambiente---prefeitura--clin---inea-e-aguas-de-niteroi-sao-denunciados-por-crime-ambiental.html](https://www.jb.com.br/rio/caderno_niteroi/2019/12/1020678-meio-ambiente---prefeitura--clin---inea-e-aguas-de-niteroi-sao-denunciados-por-crime-ambiental.html). Acesso em: 25/05/2025.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/55048/moradores-do-minha-casa-minha-vida-relatam-problemas-de-estrutura-nos-apartamentos>. Acesso em: 07/02/2024.

que é seu, sabe? Pedacinho de terra, pedacinho de coisa. E isso começou a ficar muito perigoso. Muito perigoso, porque era tudo de ninguém e, ao mesmo tempo, de alguém. E aí, você sempre esbarrava em alguma coisa de alguém. Então, eu lembro que a gente cresceu aqui, mas a gente cresceu com muito cuidado”. (Entrevistado Pedro, 2024)<sup>27</sup>

Já o conjunto residencial do empreendimento Minha Casa, Minha Vida foi destinado às famílias que estavam em situação de risco, ou seja, habitando áreas com chances de sofrer com deslizamentos no Morro do Bumba e no condomínio Maria Thereza, construído anos antes. Os primeiros 140 apartamentos, do total de 600, foram entregues em 2016, tendo como critério de escolha famílias com renda de até três salários mínimos<sup>28</sup>.



Fig. 4. Conjunto Habitacional e Aterro Sanitário do Morro do Céu. Fonte: Google Earth. Mapa adaptado pela autora.

Ao traçar um cenário de comparação, uma das entrevistadas chama atenção para duas consequências ocorridas com a construção dos “predinhos” e com a chegada de pessoas “de fora” do Morro do Céu: o desmatamento de uma grande área verde existente no território e o desequilíbrio social com a perda do senso de comunidade.

Na opinião da jovem moradora, houve uma mudança na dinâmica de convivência, pois as pessoas não se conheciam mais e por isso os moradores mais antigos não podiam mais

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Pedro no dia 28/05/2024.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://cidadedeniteroi.com/noticias/habitacao-prefeito-de-niteroi-encontra-futuros-moradores-do-conjunto-residencial-do-caramujo/>. Acesso em: 20/01/2024.

“chamar a atenção” das crianças e dos adolescentes que, por não conhecerem os costumes da favela, passavam o dia criando confusão.

[...] eu senti muita diferença, porque o ônibus e tal era mais vazio e era só família mesmo, era só familiar ... aí eles construíram os prédios ali, ali onde “é” os prédios era uma mata muito bonita, muito bonita, muito linda mesmo, o pessoal ia lá ... ficava ali, por que eu falo disso?! Porque a quantidade de pessoas desconhecidas aumentou muito e assim, por ser familiar todo mundo se respeitava, sabe?! E quando chegou os prédios, quando chegou os prédios, aumentou a quantidade de crianças, a quantidade de adolescentes e sempre fica algazarra na rua e quando a gente ia ver: o que é isso? Era esse pessoal na rua e eles ficavam tacando ... lá perto de casa tem um pé de manga e eles ficavam tacando pedra “pra” manga cair, já quebrou a janela de uma das vizinhas, de uma vizinha nossa e a gente não pode falar nada, entendeu?! Então, essa questão do desconhecido, essa parte do desconhecido, então a gente sentiu muito”. (Entrevistada Luiza, 2023) <sup>29</sup>.

Em “Os Estabelecidos e os Outsiders”, os autores Norbert Elias e John L. Scotson (1965) analisam a relação entre dois grupos de moradores de uma cidade inglesa: os que descendiam de familiares que residiam na região desde a sua origem, os “estabelecidos”; e aqueles que passaram a residir posteriormente, com os deslocamentos causados pela Segunda Guerra Mundial.

Segundo os autores, a chegada de novas famílias, oriundas de Londres e de outras partes do país causou um desequilíbrio no cotidiano dos antigos moradores que resistiam em se relacionar com aqueles que eram considerados “de fora”, estrangeiros, por não partilharem dos mesmo costumes e modos de convivência.

Em Winston Parva... todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar. Ali podia-se ver que a “antiguidade” da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar um grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos (ELIAS, SCOTSON, 1965, p. 21).

Para Elias e Scotson, os laços de intimidade emocionais, sejam de amizade ou, até mesmo, de rivalidades e velhas aversões, reforçam o sentimento de coesão de um grupo, a formação de um “nós” que pode ser desestabilizado com a chegada de pessoas que não partilham desses mesmos laços, que são identificadas como “eles” e apontadas como causadoras de distúrbios no território, como a deterioração e degradação do espaço e dos costumes.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Luiza no dia 12/12/2023.

De acordo com o relato de alguns dos jovens entrevistados, as pessoas que chegaram no Morro do Céu para residirem nos conjuntos habitacionais foram identificadas como elementos externos e de desequilíbrio da dinâmica cotidiana da favela. Vistos como aqueles que, por não possuírem uma família que sempre viveu na região, desconheciam os códigos do lugar, não sendo reconhecidos como elementos integrantes e integrados, modificando a paz e a boa convivência que existia anteriormente.

Com a instalação do depósito de resíduos e com a inauguração e ocupação dos “predinhos”, o Morro do Céu, na visão dos nossos interlocutores, teve os seus recursos naturais, código de convivência e tranquilidade modificados, se tornando um lugar de descarte, não só dos resíduos, mas também, de pessoas de outras regiões da cidade.

A lógica de descarte, contida na fala de um dos moradores entrevistados e que está conectada ao Morro do Céu, se desenvolve a partir do cenário de instalação de locais destinados a receber o que incomoda na cidade de Niterói e a favela acaba se tornando um lugar relacionado a tudo o que deve estar “à margem do olhar, fora do campo de visão, e com o qual não se deve ter contato físico”. (LIMA, 2021, p. 35).

Querendo ou não, eles estão descartando algumas pessoas aqui. Então, são pessoas que vieram de outros bairros, que perderam suas casas. Aonde a gente vai alocar essas pessoas? No Morro do Céu (Entrevistado Pedro, 2024)<sup>30</sup>.

## 4. Conclusão

O Morro do Céu pode ser entendido a partir de suas similaridades com as demais favelas existentes dentro e fora da cidade de Niterói: a violência policial; o tráfico de drogas; a morte de jovens meninos que participam do “movimento”. E também sob a ótica de suas especificidades: o vazio de serviços - que foram sendo fechados ao longo das décadas que se seguiram de suas instalações; a existência de um centro de tratamento de resíduos e a precariedade de sua infraestrutura urbana - como o serviço de transporte público que limita a circulação e dificulta o acesso dos moradores que precisam acessar outras regiões da cidade.

O Morro do Céu abriga um depósito de resíduos que contamina o meio ambiente e prejudica a saúde de seus moradores, que arcam de maneira desigual com os custos da organização econômica de nossa sociedade. O local de moradia de minorias pretas e pobres

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Pedro no dia 28/05/2024.

recebe o que é descartado pela cidade de Niterói, sem ter disponível em seu território um posto de saúde para o atendimento da sua população.

O cenário de injustiça ambiental pode ser entendido com o desequilíbrio com que certas minorias sociais sentem e vivem os impactos da exploração dos recursos naturais e do modo de produção e desenvolvimento econômico; os locais mais afetados se transformam em zonas de sacrifício, na ideia de que alguns setores da sociedade devem sofrer por um bem maior.

Outro fator de desequilíbrio apontado pelos jovens moradores que foram entrevistados são os “predinhos”, os conjuntos habitacionais construídos para abrigar moradores removidos de uma ocupação localizada no centro da cidade e aqueles que perderam as suas casas no desastre do Morro do Bumba. Na visão de alguns de nossos interlocutores, a construção dessas moradias, além de ter causado o desmatamento de áreas verdes que existiam na favela, levaram para o Morro do Céu pessoas que, por não serem moradores antigos, não conheciam a dinâmica de convivência e da vizinhança lá estabelecida.

Dessa maneira, os moradores dos “predinhos” passaram a ser identificados como aqueles que, de certa forma, alteraram o território, deixando os ônibus mais cheios, arrumando confusões, tornando o Morro do Céu um lugar menos tranquilo de se viver, pois a partir do momento que pessoas “de fora” passam a morar na favela, sempre tem alguém para reivindicar a posse de algo, não respeitando as normas implícitas de convivência do grupo de moradores mais antigos.

Da década de 1980 até os dias atuais, o Morro do Céu passou por muitas mudanças, sua paisagem foi modificada, deixando de ser uma área rural para apresentar uma paisagem urbana. Os moradores com maior poder aquisitivo foram deixando o local, enquanto moradores de remoções e de outras regiões para lá se mudaram e o espaço que antes era considerado um pedaço do céu por quem lá vivia, passou a ser visto como um lugar favelizado, periférico (FERREIRA, 2001, p. 21), de descarte de resíduos e de pessoas que de alguma forma incomodam o resto da cidade.

## Referências:

ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC – Rio. Departamento de Direito, 2015.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FERREIRA, Declev Reynier Dib. **História ambiental do Morro do Céu: a atuação de diversos atores sociais**. 2001. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, UERJ, Rio de Janeiro – RJ.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 2, jan. / abril 2008.

JUSKUS, Ryan. **Sacrifice Zones, a genealogy and analysis of an environmental justice concept**. Environmental Humanities. DOI 10.1215/22011919-10216129. March, 2023.

LIMA, Maria Raquel Passos. **O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj, 2021.

LOGUERCIO, João Francisco Canto. **Morro do Bumba, etnografando a transformação de uma paisagem sob múltiplos olhares: da invisibilidade à tragédia, uma página que não deve ser virada**. Dissertação de mestrado – UFF: Niterói, 2013.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, Rafael Carvalho Drumond. **A Cidade de Niterói: Política urbana, valorização do solo e habitação**. Rio de Janeiro: XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. A Cidade, o urbano, o humano, 2018.

RECH, Adir Ubaldo. **A cidade: um projeto de exclusão social**. UNIMAR: Revista de Direito n. 8, p. 69-76, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Florianópolis: Geosul v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; SUBIRATS, Joan; LACERDA, Daniel S.; BLANCO Ismael. **Políticas públicas e a cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 52, n. 6, p. 1007-1014, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. São Paulo: Estudos Avançados, 2011.